

VALERIO DE OLIVEIRA MAZZUOLI

# DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

Curso Elementar



RIO DE JANEIRO

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2015 by

**EDITORA FORENSE LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Stephanie Rodrigues Matos

- CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

M428d

Mazzuoli, Valerio de Oliveira

Direito internacional privado : curso elementar / Valerio de Oliveira Mazzuoli. – Rio de Janeiro : Forense, 2015.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-6288-3

1. Direito internacional privado. I. Título.

15-19889

CDU: 341

# Sumário

Abreviaturas e Siglas Usadas.....	17
-----------------------------------	----

## Capítulo I

### DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO, DIREITO INTERTEMPORAL E DIREITO UNIFORME

1. Colocação do problema.....	19
1.1 <i>Abertura legislativa e função do DIPr</i> .....	21
1.2 <i>Interação legislativa global</i> .....	23
1.3 <i>DIPr e direitos humanos</i> .....	24
2. DIPr e direito intertemporal .....	27
3. DIPr e direito uniforme .....	28
3.1 <i>Impossibilidade de uniformização total</i> .....	29
3.2 <i>Uniformização regional e global</i> .....	31
3.3 <i>Diferenças de fundo</i> .....	32
4. Perspectiva.....	33

## Capítulo II

### NOÇÕES PRELIMINARES AO ESTUDO DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1. Conceito de DIPr .....	37
1.1 <i>O “elemento estrangeiro”</i> .....	38
1.2 <i>Conflitos interestaduais</i> .....	39
1.3 <i>Discricionariedade estatal</i> .....	41

1.4	<i>Missão principal do DIPr</i> .....	42
1.5	<i>A questão da nomenclatura</i> .....	42
1.6	<i>Necessidade de divergência entre normas estrangeiras autônomas e independentes</i> .....	44
2.	Objeto e finalidade do DIPr .....	45
2.1	<i>Objeto do DIPr</i> .....	45
2.2	<i>Finalidade do DIPr</i> .....	49
3.	Posição do DIPr nas ciências jurídicas .....	51
3.1	<i>O DIPr é direito interno ou internacional?</i> .....	52
3.2	<i>O DIPr versa matéria afeta ao direito privado ou ao direito público?</i> .....	54
4.	Conflitos de leis estrangeiras no espaço .....	55
5.	DIPr brasileiro .....	57
5.1	<i>Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB</i> .....	57
5.2	<i>Estatuto pessoal no DIPr brasileiro</i> .....	59

### Capítulo III

#### FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1.	Introdução .....	63
2.	Fontes internas .....	64
2.1	<i>Constituição e leis</i> .....	65
2.2	<i>Costume nacional</i> .....	68
2.3	<i>Doutrina e jurisprudência interna</i> .....	70
3.	Fontes internacionais .....	73
3.1	<i>Tratados internacionais</i> .....	73
3.2	<i>Costume internacional</i> .....	77
3.3	<i>Jurisprudência internacional</i> .....	78
4.	Conflitos entre as fontes .....	80
4.1	<i>Conflitos entre fontes de categorias distintas</i> .....	80
4.2	<i>Conflitos entre fontes de mesma categoria</i> .....	81

Capítulo IV  
 ESTRUTURA DAS NORMAS DO DIREITO  
 INTERNACIONAL PRIVADO

1.	Normas indicativas .....	83
	1.1 Normas diretas e indiretas.....	84
	1.2 Hipótese e disposição.....	85
	1.3 Lex fori e lex causae .....	86
	1.4 Categorias de normas indicativas.....	86
2.	Conflitos das normas de DIPr no espaço .....	88
	2.1 Conflito espacial positivo.....	90
	2.2 Conflito espacial negativo (teoria do reenvio) .....	91
3.	Conflitos das normas de DIPr no tempo.....	95
4.	Aplicação substancial das normas de DIPr .....	96
	4.1 Problema das qualificações .....	97
	4.2 Conflitos de qualificação .....	105
	4.3 Questão prévia .....	107
	4.4 Adaptação ou aproximação .....	111
5.	Direitos adquiridos no DIPr .....	112

Capítulo V  
 ELEMENTOS DE CONEXÃO

1.	Elemento e objeto de conexão .....	119
	1.1 Diferenças de fundo .....	120
	1.2 Procedimento de localização .....	121
2.	Espécies de elementos de conexão .....	121
	2.1 Conexões pessoais .....	122
	2.2 Conexões reais (territoriais).....	122
	2.3 Conexões formais.....	123
	2.4 Conexões voluntárias.....	123
3.	Qualificação dos elementos de conexão.....	124
	3.1 Qualificação pela lex causae .....	124
	3.2 Conflito positivo e negativo .....	125

4. Principais elementos de conexão .....	126
4.1 <i>Território</i> .....	126
4.2 <i>Nacionalidade</i> .....	128
4.3 <i>Domicílio</i> .....	129
4.4 <i>Vontade das partes</i> .....	133
4.5 <i>Lugar do contrato</i> .....	139
4.6 <i>A lex fori</i> .....	140
4.7 <i>Religião e costumes tribais</i> .....	140

## Capítulo VI

### APLICAÇÃO DO DIREITO ESTRANGEIRO PELO JUIZ NACIONAL

1. Dever de aplicação do direito estrangeiro indicado .....	143
1.1 <i>Imposição legal no Brasil</i> .....	144
1.2 <i>Norma estrangeira como direito (não como fato)</i> .....	144
2. Aplicação direta da lei estrangeira .....	146
2.1 <i>Aplicação ex officio</i> .....	146
2.2 <i>Prova do direito estrangeiro</i> .....	151
2.3 <i>Lei estrangeira como paradigma para recursos excepcionais</i> .....	160
2.4 <i>Análise e interpretação da lei estrangeira</i> .....	162
2.5 <i>Aplicação errônea da lei estrangeira e recursos cabíveis</i> .....	166
3. Impossibilidade de conhecimento da lei estrangeira .....	168
3.1 <i>Rejeição da demanda ou aplicação da lex fori?</i> .....	168
3.2 <i>Solução do direito brasileiro</i> .....	169
4. Limites à aplicação do direito estrangeiro .....	170
4.1 <i>Direitos fundamentais e humanos</i> .....	171
4.2 <i>Ordem pública</i> .....	172
4.3 <i>Normas de aplicação imediata (lois de police)</i> .....	179
4.4 <i>Fraude à lei</i> .....	185
4.5 <i>Lei mais favorável (prélèvement/favor negotii)</i> .....	192
4.6 <i>Reciprocidade</i> .....	193
4.7 <i>Instituições desconhecidas</i> .....	194
5. Conclusão .....	197

## Capítulo VII

## DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO PÓS-MODERNO

1. Introdução .....	199
2. Diálogo com Erik Jayme.....	200
3. O <i>novo DIPr</i> e os valores pós-modernos .....	200
3.1 <i>Pluralismo (diversidade cultural)</i> .....	202
3.2 <i>Comunicação</i> .....	206
3.3 <i>Narração</i> .....	207
3.4 <i>Retorno dos sentimentos</i> .....	209
4. Conclusão .....	211
 Referências Bibliográficas.....	 213
 <b>Anexos</b>	
• Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 .....	227
• Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2004.....	232
• Convenção de Direito Internacional Privado (1928).....	261
• Convenção Interamericana sobre Normas Gerais de Direito Internacional Privado (1979).....	321
 Obras do Autor.....	 325